

## Capítulo 3

### Migrações, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais e Regionais

**Maria da Conceição Pereira Ramos**

Faculdade de Economia – Universidade do Porto

Centro de Estudo das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) – UAb

[cramos@fep.up.pt](mailto:cramos@fep.up.pt)

#### **1 - Espaço, território e mobilidade - O espaço, uma categoria eficaz para pensar as dinâmicas migratórias**

A questão dos nexos causais entre migrações e desenvolvimento dos territórios de origem, nomeadamente no âmbito de espaços sociais transnacionais criados e sustentados por migrantes, tem sido objeto de atenção acrescida nos últimos anos, fonte de debates científicos e políticos entre os mais controversos, opondo pessimistas e otimistas (Haas, 2010), lembrando o que já há anos se chamava de uma questão não resolvida (Appleyard, 1992).

Assistimos igualmente, sobretudo a partir dos anos 70 do século XX, a mudanças na conceptualização do desenvolvimento, nomeadamente com a introdução da multidimensionalidade, das relações com os processos de cidadania exigindo metodologias participativas de intervenção, redefinição das bases territoriais, passando do Estado-nação para outras escalas (supranacional, transnacional e local) e envolvendo os diferentes protagonistas.

O território é um espaço de migrações e de processos de mobilidade espacial, característica das sociedades contemporâneas. Espaços migratórios, territórios migratórios, espaços circulares, territórios circulares, territórios de mobilidade estruturados por redes sociais, espaços transnacionais, entre outros. A abertura de fronteiras comunitárias promove novas formas de mobilidade intraeuropeia, que não se enquadram no conceito clássico de emigração, surgindo modelos de “migrações

circulares” e desenvolvendo-se novas formas de mobilidade humana, nomeadamente na Europa (Ramos, 2003, 2007a; Mouhoud, 2006). Podemos falar de "espaços de mobilidade", "espaços de vida", "circulação em duplo sentido", o que faz com que os fluxos migratórios devam ser entendidos à luz dos novos padrões da sociedade atual: maior mobilidade das pessoas, abolição das fronteiras no espaço Schengen e novas formas de migrações, cada vez mais temporárias, circulares e repetidas (Constant e Zimmerman, 2003).

O vocábulo “migração” é contemporâneo das primeiras migrações transatlânticas, que se seguiram à descoberta da América no final do século XV. A migração acompanha a integração de muitos países do sul no sistema global e contribui para o seu crescimento e desenvolvimento (Assous, 2000; Santos e Postel-Vinay, 2003; Mouhoud, dir., 2006). Para os países menos desenvolvidos, as migrações são uma componente da mundialização, mais dinâmica do que os fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE), de comércio ou de tecnologia. As relações entre migrações e desenvolvimento são complexas e devemos questionar os seus impactos nas estruturas económicas, demográficas, sociais, culturais e políticas dos países de origem e de acolhimento (Appleyard, 1992; Nyberg-Sorensen *et al.*, 2002).

O estudo das migrações e da sua relação com o desenvolvimento adquiriu grande importância com o processo de globalização em curso, visível nas preocupações de organismos internacionais como a OCDE (2000, 2007), Nações Unidas (PNUD, 2009) e investigadores (Guilmoto e Sandron, 2003; Taran, Ivakhnyuk, Ramos, Tanner, 2009). No entanto, não tem ainda o lugar que merece na reflexão científica, sobretudo ao nível regional e local, nomeadamente em Portugal. Algumas das principais inter-relações migrações/desenvolvimento podem articular-se à volta de grandes temas: melhor utilização do capital humano dos migrantes e das suas remessas para a promoção do desenvolvimento económico; migrações de retorno e seus impactos locais, nomeadamente no mundo rural.

A economia global, longe de existir num espaço desterritorializado, necessita de inserções territoriais bem determinadas. Estas necessidades são ainda mais agudas em setores altamente globalizados, como o eletrónico ou o financeiro, como demonstrou

Sassen (2001) no seu estudo sobre a cidade global. Os fluxos migratórios inscrevem-se num conjunto de relações desiguais entre nações e regiões. A disparidade inter-regional, quanto aos níveis de rendimento e de bem-estar social, continua a estar associada à explicação deste fenómeno<sup>1</sup>. As desigualdades internacionais e as redes migratórias influenciam o nível e a direção das migrações. Existe grande complexidade no fenómeno migratório e são numerosas as variáveis explicativas: “para além da demografia e das diferenças salariais, têm influência a distância geográfica e o tipo de inserção local, nomeadamente o impacto das redes de acolhimento e de solidariedade, assim como a dinâmica das relações culturais e sociais” (Ramos, 1995, p. 134).

É inegável que os processos de mobilidade têm conhecido acelerações espetaculares, que os transformam qualitativamente, justificando que se fale de “hiper-mobilidades” (Hudson, 2004). Num contexto de mundialização dos sistemas migratórios “regionais”, podemos interrogar-nos acerca da influência desta evolução sobre as funções das migrações nos diferentes tipos de espaços: sociedades de partida e sociedades de acolhimento. Estas novas mobilidades têm incidências económicas e provocam reestruturações no mercado de trabalho que suscitam novas migrações de trabalhadores nos espaços recetores. Como afirmam Castles (2005) e outros (2010), as migrações internacionais são uma das principais forças de transformação social em todas as regiões do mundo.

A diáspora constitui uma forma social do processo migratório humano e ilustra o modo de funcionamento das inter-relações migratórias (Ramos, 1999, 2007b; Baubock e Faist, 2010). Desenvolvem-se, assim, sistemas de intercâmbios e de trocas entre nações e continentes, num duplo sentido entre país de origem e países de acolhimento, e afirma-se uma territorialidade assente numa pluralidade de redes complexas entre o conjunto dos polos, nas quais circulam ideias, pessoas, capitais, mercadorias, laços familiares e comunitários. Estas redes densas, geograficamente espalhadas e solidárias, potenciam diferentes tipos de iniciativas. Um elemento essencial é a multiplicação das atividades às quais se dedicam os migrantes, tanto nas sociedades de origem, como nas de acolhimento (Portes, 2002).

---

<sup>1</sup> Ernest Ravenstein (1834-1913), geógrafo e cartógrafo, lançou as bases da teoria da migração, ainda hoje uma referência na construção dos modelos teóricos e explicação da migração internacional.

## 2 - Dinâmicas das migrações em Portugal e na Europa: aspetos sociodemográficos

As dinâmicas das migrações e do transnacionalismo constituem um importante fator de mudanças económicas e sociais no Portugal contemporâneo. Este país ocupa uma posição específica no contexto da divisão internacional do trabalho, enquanto país simultaneamente emissor e recetor de migrações internacionais (Ramos, 2003b, 2005a, 2007a). Os emigrantes portugueses e seus descendentes constituem uma das grandes diásporas no mundo (cerca de 5 milhões de pessoas), com carácter de continuidade, para a qual contribuíram fortemente as redes sociais constituídas por familiares e conterrâneos e as comunidades de portugueses nos diferentes continentes: 57,7% na América; 31,2% na Europa; 7,2% em África; 3,2% na Ásia e 0,7% na Oceânia (DGACCP). Saliente-se a importância, na América, de países recetores como os Estados Unidos, o Canadá, o Brasil e a Venezuela e, na Europa, a França, a Alemanha, a Suíça e o Luxemburgo (Ramos, 1999), mas também, cada vez mais, o Reino Unido, a Espanha e, mais recentemente, Angola.

A emigração é um dado estrutural da economia e do modelo de desenvolvimento português, pela cultura emigratória, pelo diferencial de rendimentos existente com os países mais ricos e pelas desigualdades internas existentes (Ramos, 1995). A ausência de convergência real e social (entre Portugal e os países mais ricos da UE e entre regiões portuguesas), as insuficiências do mercado de trabalho e o aumento do desemprego, nomeadamente de longa duração e no norte do país, os fracos benefícios sociais, as redes migratórias nos países de acolhimento e as modalidades de políticas de integração induzem os fluxos de saída.

Assinalem-se os seguintes dados: no ano de 2011, o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante em Portugal, expresso em Paridades do Poder de Compra (PPC), representa 77,4% da média da União Europeia (UE) (Eurostat). O risco da pobreza em Portugal superava, em 2008, a média europeia, atingindo 18% da população portuguesa (Eurostat), valor que se mantinha em 2010, e atingindo os 36% para os desempregados, segundo os resultados do *Inquérito às Condições de Vida e Rendimento* (EU-SILC) realizado pelo INE em 2011. A pobreza está relacionada com aspetos estruturais da sociedade: falta de emprego; sistema de segurança social;

mercado de trabalho com elevado peso dos baixos salários e do emprego precário; sistema educativo, de que resultam baixas qualificações. Portugal era, em 2010, o país da UE-27 que apresentava uma maior concentração do rendimento nos grupos do topo da distribuição.

Nos últimos anos, a taxa de desemprego subiu significativamente em Portugal: atingiu 15,7%, em 2012 (16,9% no 4º trimestre), tendo aumentado 2,9 p.p. face à observada no ano anterior, caracterizando-se por uma proporção de desemprego de longa duração de cerca de 54% em 2012 (INE). Em 2007, o PIB por habitante da região Norte representava apenas 79,6% da média de Portugal, sendo que o desemprego tem afetado fortemente esta região, passando a taxa de 13,0%, em 2011, para 16,1%, em 2012.

O aumento do desemprego e da sua duração e a diminuição progressiva da proteção social correspondente, reforçam situações de privação, pobreza e emigração.

A avaliação das migrações internacionais e internas em Portugal apresenta insuficiências e dificuldades particulares, na medida em que não existe um registo direto e exaustivo destes fenómenos: a emigração de portugueses<sup>2</sup>; o regresso ao país de origem<sup>3</sup>; a remigração, deslocação para outros destinos; a imigração e sua distribuição geográfica; as migrações nas regiões transfronteiriças.

No que se refere à emigração, os problemas em quantificar os fluxos agravaram-se, em 1988, quando foi extinto o passaporte de emigrante e, com a adesão de Portugal à União Europeia (em 1986), instituídos a livre circulação de pessoas nas fronteiras e o Acordo de Schengen. A entrada em vigor, em 1992, da livre circulação dos portugueses na UE promoveu novas formas de mobilidade intraeuropeia (temporalidade, sazonalidade, prestação de serviços, subcontratação, etc.), respondendo às necessidades conjunturais da atividade económica e dos mercados de

---

<sup>2</sup> De 1992 a 2003, o INE fez um inquérito por amostragem aos *Movimentos Migratórios de Saída*, cujos resultados (sexo, idade, instrução, região de origem e de partida) foram disponibilizados nas *Estatísticas Demográficas*. Esta escassa informação está longe de abarcar a complexa realidade das saídas, por períodos muito mais curtos, populações variadas (como quadros, empresários e trabalhadores temporários) e as circulações migratórias.

<sup>3</sup> Os recenseamentos da população do INE são as únicas fontes de informação que permitem estudar e perspetivar o número de regressos de emigrantes ocorridos em Portugal e a sua distribuição geográfica. Tal só é possível desde 1960 e tem a limitação da sua periodicidade decenal. Principais áreas de proveniência, de 1975 a 2001: França, Alemanha, Suíça e América do Norte.

trabalho. Assistimos à complexidade das circulações migratórias e diversificação dos fluxos, estimulados pela globalização e facilitados pelos direitos inerentes à cidadania europeia e à existência de redes sociais fortes de populações em diáspora (Ramos, 2005c).

O *Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída*, realizado pelo INE desde 1992 até 2003, aponta algumas tendências sobre a emigração portuguesa (Ramos, 2003a): predominância dos destinos europeus (França, Suíça, Alemanha, Reino Unido, Espanha, entre outros); preponderância da emigração temporária sobre a emigração permanente; maior peso da componente masculina sobre a feminina; importância da população jovem; preponderância de emigrantes com nível de ensino elementar e predominância dos originários das regiões Norte e Centro do país.

A condição migrante marca a história e a identidade dos portugueses. Nos anos de 2011 e 2012, estimativas referem que terão saído anualmente cerca de 150 mil cidadãos de Portugal, onde os jovens qualificados estão fortemente representados. De acordo com o INE, a taxa de desemprego dos jovens com menos de 25 anos foi de 40,0% no 4º trimestre de 2012, e o desemprego dos licenciados não para de crescer, contribuindo para acentuar o *brain drain*. O aumento da emigração dos mais qualificados, e a sua maior procura ao nível mundial, é uma tendência dos últimos anos (Ramos, 2008b). Cerca de 20% dos licenciados portugueses emigram (Docquier e Marfouk, 2006). Atualmente, uma parte significativa desta emigração ocorre no espaço da livre circulação da União Europeia e assume uma lógica temporária, mas também assistimos à importância de novos destinos extraeuropeus, como o Brasil e Angola. Enfermeiros, farmacêuticos e médicos dentistas, por exemplo, têm na Europa o destino privilegiado. Engenheiros, arquitetos, gestores, face à recessão do setor da construção, dirigem-se para destinos mais distantes, na América do Sul e África, onde a oferta de emprego é atualmente grande.

Nas últimas décadas, com a integração europeia, a globalização e internacionalização dos recursos humanos aumentaram a mobilidade de capitais, mercadorias, informações e pessoas diversificadas, diplomados, trabalhadores sazonais, quadros associados ao investimento português no exterior, ao investimento

estrangeiro em Portugal e às empresas transnacionais. A mobilidade dos investimentos alterou a geografia do emprego, acelerando a mobilidade dos recursos humanos. A globalização exige cada vez mais qualificação do fator trabalho, ao mesmo tempo que reduz as oportunidades de emprego dos trabalhadores manuais não qualificados.

Portugal é um país tradicional de emigração, espalhada por todos os continentes, essencialmente na América e na Europa, representando cerca de 50% da população residente no país. Este passou a ser igualmente o destino preferido de muitos estrangeiros, principalmente a partir dos anos 80 (Ramos, 2000, 2005, 2007c), tendo a imigração em Portugal aumentado significativamente a partir dos finais do século XX, atingindo 4,2% da população residente em 2011, e representando cerca de 440 mil estrangeiros em situação legal (INE/SEF). Além de cidadãos provenientes dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), cresceu fortemente o número de estrangeiros oriundos do Brasil e da Europa, nomeadamente de Leste. Entre a população estrangeira a residir legalmente em Portugal, destaca-se, em 2011, o Brasil, Ucrânia e Cabo Verde, representando, respetivamente, 26%, 11% e 10% dos estrangeiros com presença legal. Até meados dos anos noventa, a imigração em Portugal foi relativamente modesta em termos internacionais, incluindo essencialmente nacionais dos PALOP. Nos últimos anos regressaram ao seu país alguns brasileiros e europeus de Leste, mas as saídas foram compensadas com a chegada de familiares dos que entretanto se fixaram em Portugal.

Como é referido em diferentes estudos, os trabalhadores imigrantes em Portugal são ligeiramente mais novos do que os portugueses (Rosa, 2004; Ramos, 2008a) e a feminização tem-se acentuado. Os dados da OCDE, com base nas autorizações de residência da população estrangeira em Portugal, apresentam uma percentagem de mulheres de 41% em média, no período de 2002-2008 (47,3% em 2008), registando-se um aumento nesse período de tempo e nos anos mais recentes, atingindo uma importância de 49% em 2011, o que indicia a intensificação da entrada de mulheres por motivos de imigração ou de reagrupamento familiar.

### **3 - Impactos demográficos e regionais das migrações**

Depois de intensas conturbações demográficas e migratórias que se desenrolaram em Portugal desde os anos 60 do século passado, e que provocaram enormes desequilíbrios territoriais e regionais, neste início do século XXI, o interior do país continua a desertificar-se. Se a emigração reduz as pressões nos mercados de trabalho locais, é inquietante o despovoamento e o envelhecimento da população do interior, nomeadamente do norte de Portugal.

Neste país, todas as projeções da população indicam uma estrutura etária envelhecida e um aumento dos idosos em valor absoluto e em importância relativa, com desigual distribuição espacial da população (Carrilho e Patrício, 2010). Em primeiro lugar, a redução da fecundidade e da mortalidade, o aumento da longevidade, mas também os fluxos migratórios, são apontados como principais razões. Este atrofimento demográfico não pode ser concebido como um processo irreversível.

A análise do peso dos estrangeiros no total da população residente nas regiões de Portugal faz salientar a posição preponderante do Algarve, mas também a área metropolitana de Lisboa, com uma proporção de população estrangeira superior à média nacional (7,4% contra 4,3% - cf. quadro 1, anexo). Nas restantes regiões, a proporção de estrangeiros é sempre inferior à média nacional (4,3%), e nas regiões do Norte do país, o peso da população estrangeira varia entre 1,14% no Interior Norte e 1,41% no Litoral Norte. A escolha do Algarve relaciona-se com a economia de serviços associada ao turismo, com contratos de curta duração e sazonalidade, mas também se explica pelo clima e preocupações ambientais, atraindo reformados e jovens europeus, do Reino Unido, Alemanha, Holanda, etc., à procura de uma vida menos urbana.

Apesar de a população estrangeira em Portugal se concentrar mais no litoral, nomeadamente nos distritos de Lisboa, Faro e Porto<sup>4</sup>, os fluxos imigratórios, sobretudo nos finais dos anos 90 até meados de 2000, ao dispersarem-se por todo o

---

<sup>4</sup> O Porto constitui uma localização importante, nomeadamente para imigrantes brasileiros e chineses, mas também para cidadãos da UE, associados fortemente ao investimento estrangeiro.

país, e sendo constituídos por população mais jovem<sup>5</sup> e com taxas de natalidade superiores às dos portugueses, contribuíram para o rejuvenescimento da população em Portugal e o reforço do volume de efetivos em idade ativa<sup>6</sup>. Veja-se nomeadamente a importância da distribuição dos imigrantes do leste europeu nas zonas do interior do país e o papel da escola na sua fixação (Rita, 2004). Desde 1992 que o saldo migratório é superior ao saldo natural e a imigração tem permanecido como a componente principal da dinâmica populacional (Rosa, 2004). Os filhos dos imigrantes ganham peso no número de nascimentos em Portugal (representam 10,4% dos nascimentos em 2009 - INE), sendo desde 2006 as mães de nacionalidade brasileira as mais representativas. Em 2010, 25,3% dos recém-nascidos no Algarve tinham mãe de nacionalidade estrangeira (sobretudo de origem africana dos PALOP, brasileira e europeia de Leste).

**Quadro 1: Número de nados-vivos em 2010**

Regiões	Mãe Portuguesa	Mãe Estrangeira
Norte	31773	1273
Centro	17935	1192
Lisboa	26317	6399
Alentejo	5866	516
Algarve	3631	1231

Fonte: INE

Dada a importância da imigração no mundo globalizado, os seus efeitos sobre a demografia dos países de acolhimento, e nomeadamente da Europa, são evidentes (Rugy, 2000; Ramos, 2005b, 2008a). As virtualidades da imigração neste domínio são, sobretudo, a garantia de crescimento demográfico e a atenuação da velocidade de

<sup>5</sup> Como mostram os vários estudos (Ramos, 2008a) e os dados dos *Quadros de Pessoal* do Ministério do Trabalho.

<sup>6</sup> Os dados preliminares dos Censos de 2011, do INE, explicam o crescimento populacional, sobretudo pelo saldo migratório entre imigração e emigração.

envelhecimento. Segundo o INE (2010), *Indicadores Sociais 2009*, somos 10 637,7 milhares e crescemos graças à chegada de imigrantes, já que nascem cada vez menos crianças em Portugal. Em 2009, por exemplo, houve um aumento de 10463 indivíduos face a 2008, devido ao saldo migratório de 0,1%, que compensou o saldo natural negativo. No *Retrato Territorial de Portugal 2009* (INE, 2011), num contexto de forte envelhecimento populacional, o crescimento migratório positivo foi observado em 221 dos 308 municípios portugueses, o que compensou ou complementou o crescimento natural da população, sobretudo no litoral continental.

O envelhecimento, a reduzida fecundidade e a emigração persistente têm contribuído para o despovoamento das regiões periféricas e para um desinvestimento territorial destes espaços, pondo em causa o seu desenvolvimento sustentável nas dimensões económicas, sociais, culturais e ambientais.

#### **4 – Migrações, impactos educativos e ajustamentos nos mercados de trabalho**

Os impactos educativos, laborais e económicos da imigração em Portugal são significativos, como ilustram alguns dados estatísticos, mostrando a importância dos níveis de instrução dos estrangeiros em Portugal e a sua contribuição para alguns setores de atividade (cf. quadros 2 e 3 em anexo).

Há que questionar a dinâmica local do mercado de trabalho e saber aproveitar a disponibilidade de recursos humanos com múltiplos potenciais linguísticos, culturais e profissionais. Um dos problemas com que se defrontam os migrantes é a desqualificação, e mesmo, por vezes, a discriminação, como se pode constatar em países da Europa e da OCDE (Ramos, 2010). Um em cada quatro estrangeiros residentes em Portugal exerce funções abaixo daquelas para as quais está qualificado. Segundo um relatório do Eurostat (2011) sobre migrações na UE27, 25% dos estrangeiros residentes em Portugal são excessivamente qualificados para o trabalho que exercem, enquanto entre os portugueses a taxa é de 14%.

No final dos anos noventa do século XX, a imigração acelerou em Portugal, impulsionada pela elevada procura de trabalho resultante da dinâmica no setor da construção, associada a grandes projetos de infraestruturas e em alguns setores de

serviços. Em termos internacionais, o peso dos imigrantes no total da população em Portugal é relativamente baixo, mas este país apresenta uma das maiores taxas de emprego dos imigrantes entre os países da OCDE, superior à dos portugueses, tanto para homens como para mulheres. Um relatório da OCDE, *Jobs for Immigrants*, de 2008, sublinha que Portugal é o país da OCDE com a maior taxa de emprego entre as mulheres imigrantes.

O trabalho por conta de outrem é a principal forma contratual dos imigrantes em Portugal. Em 2008, estes apresentam uma maior proporção de contratos a tempo parcial, e, dos trabalhadores a tempo completo, 51,7% dos trabalhadores imigrantes tinham contrato a termo, o que está associado a salários inferiores (*Quadros de Pessoal*, Ministério do Trabalho - estes dados não incluem o trabalho doméstico; cf. Cabral e Duarte, 2011). Muitos dos empregos ocupados pelos trabalhadores migrantes situam-se em atividades fortemente subordinadas a variações conjunturais e sazonais. Em Portugal, se os nascidos no país representavam 21,6% nos empregos temporários, já para os nascidos no estrangeiro esta percentagem atingia os 36,3% (OCDE, 2010, p. 114). O emprego imigrante em Portugal concentra-se em setores como a construção e alguns serviços (domésticos, de limpeza, alojamento, restauração, atividades imobiliárias, serviços prestados às empresas, comércio). Os trabalhadores da UE15 estão mais representados na educação e na saúde.

Os imigrantes repartem-se por todos os setores de atividade, com maior peso na construção civil, hotelaria, restauração e serviço às empresas, ou seja, maioritariamente surgem como mão-de-obra pouco qualificada e de baixa remuneração (Ramos, 2007c). A utilização de trabalhadores precários estrangeiros é um fator essencial da competitividade das unidades de produção de frutos e legumes mediterrânicos (Roux, 2006).

No Norte do país, constata-se o peso de profissões intelectuais e científicas e de técnicos profissionais de nível intermédio entre os imigrantes, evidenciando a influência de fatores como o investimento estrangeiro, mas indicando também que a população local ocupa trabalhos não qualificados, diminuindo assim a procura de imigrantes para essas tarefas. Os cidadãos da União Europeia (sobretudo ingleses,

espanhóis, alemães e franceses)<sup>7</sup> estão associados ao investimento estrangeiro em Portugal e integram-se igualmente noutros setores, como os serviços de saúde e de educação, preenchendo em grande volume o mercado de trabalho primário e utilizando, em parte, o canal interno das organizações (Ramos, 2000, 2007c).

Observa-se a intensificação dos fluxos migratórios de trabalhadores altamente qualificados, ou seja, aqueles que possuem grandes capacidades de raciocínio e gestão, bem como *know how* técnico (Docquier e Marfouk, 2006; Ramos, 2008b). Estes trabalhadores possuem um papel importante na inovação, aprendizagem organizacional, transferência de conhecimentos e até mesmo na integração entre as filiais das empresas dispersas pelo globo, uma vez que são peças fundamentais e capazes de fomentar a difusão da cultura organizacional (Collings *et al.*, 2009).

## **5 – População, território e desenvolvimento local - Políticas públicas de integração de migrantes**

O impacto da emigração, os fluxos financeiros que ela provoca e as iniciativas tomadas pelos que partiram transformaram profundamente a sociedade portuguesa e o seu território. Há que analisar as estratégias de inserção económica local do emigrante regressado e o impacto deste como agente de inovação e de desenvolvimento e a sua intervenção territorial local. Há que (re)pensar as políticas públicas de desenvolvimento rural que contemplem as peculiaridades e singularidades territoriais.

O desenvolvimento local é o grande instrumento do desenvolvimento rural, tomando este como o desenvolvimento do potencial criativo em termos humanos, sociais, económicos e territoriais das áreas rurais (Gerry e Diniz, 2003). Não podemos falar de desenvolvimento local que não seja desenvolvimento social, integrado, sustentável, endógeno, já que ele apela a conceitos como o de inclusão, participação, coesão, competitividade e solidariedade, com acesso real das pessoas, onde estão, aos bens e serviços e às oportunidades associadas à satisfação das necessidades básicas. Para Polése (1998, p. 217), "mais do que um simples conceito, o Desenvolvimento Local é um ideal e traz consigo a promessa de um modelo alternativo de

---

<sup>7</sup> Veja-se nomeadamente a tradição dos ingleses no comércio e indústria associados ao vinho do Porto e dos espanhóis no setor da saúde.

desenvolvimento, de uma solução para o problema do desenvolvimento desigual, para o crescimento impelido por forças externas".

Na problemática do desenvolvimento local sustentável, há que satisfazer necessidades essenciais e qualidade de vida, economia e emprego, inclusão social, organizações democráticas e administração territorial, que evite o êxodo das populações (Grefe, 2002; Ramos, 2009b). O desenvolvimento local está assim associado à melhoria das condições de vida num determinado território, mas também à aplicação de uma pedagogia da participação das pessoas que aí vivem, ao exercício de uma cidadania ativa, como eixo central dos processos de desenvolvimento.

As agências de desenvolvimento local (ADL) procuram impulsionar e promover a igualdade de oportunidades no acesso a melhor qualidade de vida e redução das assimetrias regionais, através da agregação de espaços e apoios, em redes e numa lógica territorial de organização, de grupos e indivíduos, em favor do desenvolvimento local.

As preocupações de integração local, social e profissional de migrantes estão presentes nas políticas públicas descentralizadas dirigidas a esta população. Veja-se a criação dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE), visando ajudar os que regressam, os que querem emigrar e prestar informações aos que trabalham nos países de imigração e pretendam investir nos concelhos de origem. Estes gabinetes resultam de acordos de cooperação entre a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) e os Municípios de Portugal com o objetivo de informar os portugueses dos seus direitos nos países de acolhimento, apoiá-los no regresso e reinserção em Portugal, contribuindo para a resolução dos problemas apresentados, de forma gratuita e personalizada, e facilitando o seu contacto com outros serviços da administração pública portuguesa. As câmaras municipais e juntas de freguesia são referências fundamentais para os emigrantes, existindo 94 câmaras municipais com acordos de cooperação com a DGACCP e com os GAE.

Veja-se igualmente o lançamento, em 2003, de redes de centros locais de apoio à integração de imigrantes (CLAII), que constituem um polo de informação com o objetivo de desenvolver iniciativas locais de aprofundamento do acolhimento e integração das comunidades imigrantes, envolvendo diferentes atores locais, com

ligação aos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI). A rede CLAI integrava, em Dezembro de 2010, 87 centros locais disseminados por Portugal continental e regiões autónomas, respondendo às necessidades dos cidadãos imigrantes nas seguintes áreas: regularização da situação migratória; nacionalidade; reagrupamento familiar; habitação; trabalho; retorno voluntário; saúde; educação; formação profissional; empreendedorismo; apoio ao associativismo; outras. Nos últimos anos houve um reforço significativo das relações de parceria ao nível local e um conjunto de iniciativas para responder ao apoio social aos imigrantes. Saliente-se a contribuição do trabalho de voluntariado para o funcionamento de alguns Gabinetes de Apoio ao Imigrante.

Cabe em particular aos órgãos políticos locais potenciar o papel dos ex-emigrantes e dos emigrantes e imigrantes atuais, enquanto agentes de desenvolvimento, promovendo o seu envolvimento nos projetos, favorecendo um ambiente inovador e fomentando o espírito empreendedor local. A definição de políticas públicas dirigidas a empresários e à constituição de microempresas pode contribuir para a mobilização das remessas dos emigrantes nas sociedades de origem, criação de emprego, inovação e dinamização da economia local.

## **6 - Migrações, territorialidades e multiculturalismo**

Santos (1994) salienta a necessidade de reanalisar as culturas das nações questionando as construções oficiais da cultura nacional e a cultura de fronteira. A relação colonial e o carácter de semiperiferia de Portugal não se restringem aos aspetos políticos e económicos mas à identidade cultural que engendram. “O contexto global do regresso das identidades, do multiculturalismo, da transnacionalização e da localização parecem oferecer oportunidades únicas a uma forma cultural de fronteira precisamente porque esta se alimenta dos fluxos constantes que a atravessam” (Santos, 1994, p. 50).

Os fluxos contínuos de migrantes, refugiados e outros deslocados são um dos fatores do rápido crescimento das cidades e do desenvolvimento das “cidades globais” (Sassen, 2001), vindo muitas destas pessoas de zonas rurais ou pequenas cidades. Embora sejam atraídas para os grandes centros urbanos em busca de melhores

condições de vida, migram também devido a fragilidades ambientais ou para se adaptar às mudanças climáticas. Estas pessoas frequentemente forçadas a migrar procuram nas cidades proteção e oportunidades, mesmo que terminem vivendo em localidades carentes superpovoadas ou em bairros periféricos sem os mínimos serviços básicos.

A gestão da diversidade cultural nas zonas urbanas constitui uma das grandes preocupações do Conselho da Europa e da Comissão Europeia, instituições que lançaram, em 2008, o projeto “cidades interculturais” de modo a fazerem da cidade um espaço aberto e plural e um lugar privilegiado de diálogo intercultural. A migração é essencialmente do campo para a cidade, o que resulta num aumento sem precedentes de contactos entre as culturas, colocando sérios desafios à gestão da diversidade cultural e à comunicação intercultural (Ramos N., 2008) e ao planeamento urbano (Rebelo e Paiva, 2006).

Há que dar respostas aos desafios colocados pela vulnerabilidade de migrantes urbanos. Esta preocupação aparece no II Plano para a integração dos imigrantes 2010-2013, do ACIDI, no sentido de consolidar os centros locais de apoio à integração dos imigrantes (CLAI) e de promover as condições sociais favoráveis à sua integração.

A medida 78 refere-se ao *Reforço da dimensão local da interculturalidade e da integração de imigrantes*: “Promover, através da Rede CLAI, a interculturalidade enquanto estratégia de apoio ao processo multivetorial do acolhimento e integração dos imigrantes a nível local, mediante a implementação de projetos com o objetivo de melhorar os processos de integração e potenciar uma interação positiva com a sociedade de acolhimento”. A medida 79 pretende “sensibilizar e capacitar os profissionais da administração pública, central e local para a dimensão da interculturalidade no acolhimento e apoio à integração de imigrantes, através de um reforço das ações de informação e sensibilização”.

## **7 - Processos de globalização e de localização e suas interdependências**

As migrações internacionais atuais caracterizam o fenómeno da globalização, migrando no entanto as pessoas, desde sempre, por várias razões. “A globalização,

definida como a proliferação de fluxos transfronteiriços e de redes transnacionais, alterou o contexto das migrações” (Castles, 2005, p. 43). Assistimos igualmente ao fenómeno da glocalização, isto é, ao processo simultâneo e de forças opostas de globalização e de localização a que as sociedades contemporâneas e os seres humanos estão sujeitos. Releva-se a criação e promoção de culturas locais ampliadas como cultura cosmopolita, à desterritorialização da identidade social, como desafio à hegemonia do Estado-nação, sobrepondo-se formas múltiplas de identificação. As diásporas contemporâneas têm sido sujeitas a um processo de reconfiguração, passando a ser entendidas como comunidades transnacionais múltiplas (Portes, 1996), cuja característica é a construção global de localidades, isto é, a identidade local é construída com referências à globalidade.

Um dos traços principais do atual sistema-mundo é a criação de um mercado de trabalho global (Stalker, 2000; Munck, 2009) e do cidadão transnacional (Castles, 2000). Há que considerar o migrante numa perspetiva transnacional, com múltiplas relações (familiares, económicas e sociais), colocando em inter-contacto o local e o global, em termos de desenvolvimento. A dupla pertença mantém a presença do emigrante no exterior, mas com ligações à sua terra natal, adotando estratégias de vida com múltiplas afiliações e identidades (Charbit *et al.*, 1997; Ramos *et al.* 2007). O transnacionalismo conduz inevitavelmente a um rápido crescimento das duplas e múltiplas nacionalidades e culturas.

O acréscimo dos fluxos migratórios internacionais está diretamente correlacionado com a mundialização das trocas e os processos migratórios são alimentados pela existência de ligações materiais e ideológicas de colonização, de processos de alargamento dos mercados e por outros fatores, entre os quais a língua comum, relações comerciais e redes de comunicação entre diferentes países (Light, 2000; Massey *et al.*, 2005).

Associadas às migrações laborais em Portugal e à diáspora portuguesa, formam-se comunidades transnacionais, onde fluxos de remessas, investimentos e comércio estreitam as relações entre Portugal e os seus principais parceiros económicos, contribuindo para a internacionalização da economia e das empresas portuguesas e

para a mobilidade internacional tanto de pessoas muito qualificadas, como pouco qualificadas (Ramos, 2000, 2003a). Existem fortes relações económicas entre Portugal e certos países europeus e fora da União Europeia (UE), onde residem importantes comunidades portuguesas (Espanha, França, Reino Unido, Alemanha, Brasil, entre outros). Os países com os quais as nossas trocas comerciais são mais intensas são, simultaneamente, aqueles que mais investem em Portugal (os quatro primeiros países assinalados), são os principais emissores de turistas para o nosso país<sup>8</sup> e aqueles de onde são originárias as principais remessas dos emigrantes portugueses. O investimento português no estrangeiro acompanhou essa mesma orientação nos países europeus (como Espanha) e fora da Europa (Brasil), onde existem fortes comunidades de portugueses e de onde são originárias algumas das comunidades estrangeiras mais importantes em Portugal (brasileiros, espanhóis, etc.).

## **8 - Diásporas, transnacionalismo, redes sociais e dinâmicas locais**

O transnacionalismo tem sido analisado desde os anos 90 do século XX por autores como Castles, Faist, Portes, Vertovec, referindo-o genericamente a uma multiplicidade de laços e de interações que ligam pessoas e instituições através das fronteiras dos Estados-nação. Esta definição sugere uma estreita ligação entre globalização e transnacionalismo, sendo este o conjunto dos processos pelos quais os migrantes desenvolvem relações sociais de natureza múltipla ligando as sociedades de origem e as de acolhimento, construindo espaços sociais que atravessam as fronteiras geográficas, culturais e políticas. O campo do transnacionalismo é composto por transações económicas, políticas e culturais (Portes, 2004, 2006; Vertovec, 2009; Castles, 2005; Baubock e Faist, 2010).

As migrações internacionais, atualmente mais diversificadas e mais complexas, comportam o desenvolvimento de práticas transnacionais dos migrantes e a emergência das denominadas comunidades transnacionais. Portes (1996) desenvolveu a noção de comunidades transnacionais para explicar a lógica dos fluxos migratórios

---

<sup>8</sup> Veja-se o caso de Espanha e França. O turismo francês no norte de Portugal é muito importante, logo a seguir ao espanhol.

internacionais e os modelos de incorporação segmentada dos migrantes. A globalização conduz a uma procura estrutural de mão-de-obra estrangeira e à perda de controlo das fronteiras (Sassen, 1996). As redes transnacionais desafiam a soberania e o poder regulador do Estado-nação.

Os conceitos de redes e de capital social encontram, no campo dos estudos transnacionais, uma importante aplicação. Estas redes catalisam diferentes tipos de iniciativas culturais e económicas que conduzem à criação de mercados de trabalho a longa distância, à multiplicação das atividades dos migrantes, nas sociedades de origem e nas de acolhimento, e à transferência das suas remessas (Portes, 2002). As estratégias migratórias abrangem usualmente tanto a origem como o destino e utilizam redes familiares, de amizade ou de vizinhança. É, portanto, reconhecida a importância do estudo destas redes, até pelo papel que desempenham na integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento (Massey *et al*, 1993, 2005; Light, 2000).

As comunidades portuguesas espalhadas pela diáspora têm desenvolvido um processo de integração socio espacial e económico nos territórios de acolhimento e de origem. A integração europeia e o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte nas últimas décadas contribuíram para as interações interculturais, a promoção dos negócios e do empreendedorismo transnacional, o acréscimo do comércio e da mobilidade de emigrantes da primeira geração na idade da reforma, deslocando-se com regularidade entre os países de acolhimento e de origem, bem como de gerações mais novas de emigrantes temporários (Ramos, 2007a,b; Portes, 2006).

Assiste-se ao desenvolvimento de migrações cada vez mais circulares, à intensificação de relações culturais e económicas e de redes transnacionais de migrantes que se integram no processo de globalização das economias e dos mercados de trabalho. É necessário compreender estas dinâmicas de mobilidades, e as inter-relações económicas e culturais que se estabelecem entre zonas de partida e de chegada, e questionar o espaço migratório do ponto de vista da sua mundialização, das instalações duráveis e retornos possíveis. As mutações espaciais induzidas pelas circulações materiais e imateriais de mercadorias e de capitais, de homens e de

mulheres, obrigam a analisar as interações entre a lógica dos atores e as recomposições territoriais.

## **9 - Diversidade das interações transnacionais socioculturais, políticas e económicas - A contribuição das remessas dos migrantes e o desenvolvimento**

De entre as dimensões políticas, económicas e socioculturais transnacionais, destacam-se as remessas de emigrantes. A diáspora portuguesa tem contribuído de forma significativa para a economia portuguesa através das remessas (Ramos, 1999, 2003a)<sup>9</sup>, contribuição esta superior à da totalidade dos fundos comunitários. Se historicamente, o desequilíbrio estrutural das contas externas portuguesas foi mitigado pelas remessas dos emigrantes no equilíbrio da balança de pagamentos, elas também contribuíram para o rendimento disponível das famílias, principalmente no Norte e Centro do país, pelo que esta tradição providencial fez diminuir os riscos sociais.

Desde meados da década de 1990 que os benefícios fiscais de que usufruíam as contas poupança-emigrante têm vindo a diminuir, tendo a lei do orçamento de Estado de 2008 acabado com qualquer benefício fiscal associado a estas contas. Verificou-se um abrandamento destes fluxos na última década, assistindo-se a uma retoma mais recente, em 2012, como é visível nos dados do Banco de Portugal (cf. quadro 4, anexo). A tendência da diminuição progressiva do saldo de remessas de emigrantes/imigrantes, principal componente da balança de transferências correntes, reflete não só a redução nos últimos anos das remessas de emigrantes (provenientes essencialmente da França, Suíça, Angola, Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido), como igualmente o aumento das remessas de imigrantes, sobretudo para o Brasil e países da Europa de Leste.

As remessas dos emigrantes melhoram as suas condições de vida e as das respetivas famílias e têm um papel relevante no desenvolvimento dos países de origem, nomeadamente ao nível local e regional, aumentando o investimento na habitação, saúde e educação, e constituindo também uma fonte de capital para o

---

<sup>9</sup> Cf. Ramos (1990) "Les fonds transférés par les migrants au Portugal et le développement", pp. 980-1041, in Ramos, 1999.

estabelecimento de pequenas empresas (Glytsos, 2002; Terry, 2004; Straubhaar e Vădean, 2005; Ozden e Schiff, 2006). As remessas dos trabalhadores imigrantes para as famílias carenciadas que ficam nos países de origem contribuem de forma mais significativa na luta contra a pobreza, na educação e no consumo, do que a ajuda dos países ricos<sup>10</sup>.

Segundo os dados do Banco de Portugal, as remessas dos imigrantes em Portugal para o seu país de origem atingiram 395 milhões de euros em 2001, representando cerca de 11% das remessas dos emigrantes portugueses<sup>11</sup> e 0,3% do PIB, continuando a aumentar significativamente em 2002 (587 milhões de euros), ano em que atingiram 0,5% do PIB português<sup>12</sup> (Ramos, 2007c). Tem-se observado uma quebra destas remessas, resultado em parte da contração da atividade económica, especialmente no setor da construção, que ocupa a maior parte dos trabalhadores imigrantes do sexo masculino em Portugal. O impacto financeiro da imigração atinge especialmente países como o Brasil (que lidera a importância das transferências), a Ucrânia e a Moldávia, para onde foram canalizados volumes mais significativos de remessas dos imigrantes nos últimos anos. Estas constituem uma importante fonte de divisas para estes países, mais estável do que outros fluxos de capitais privados. Em 2002, por exemplo, as remessas constituíam 90% das exportações de Cabo Verde, representando 23,3% do PIB deste país e 22,8% do da Moldávia (Straubhaar e Vădean, 2005, p. 37).

O Eurostat (2010) publicou dados referentes a 2009 sobre as remessas enviadas pelos trabalhadores migrantes no espaço da União Europeia (UE), transferências, de dinheiro ou géneros, realizadas pelos migrantes, com estatuto de residente, que trabalham num país da UE que não o da sua origem. Ao contrário da tendência verificada entre 2004 e 2008, as remessas enviadas pelos migrantes para os seus países de origem diminuíram, de 32,6 biliões de euros em 2008 para 30,3 biliões. Os

---

<sup>10</sup> Segundo dados do Banco Mundial, as remessas de emigrantes representam um fluxo financeiro importante, superior à ajuda oficial ao desenvolvimento em 63 países, em 2008.

<sup>11</sup> Estas remessas têm vindo a diminuir face à integração progressiva dos emigrantes nos países de acolhimento, mas também devido à queda das remessas provenientes da Suíça e dos EUA, resultado da apreciação do euro. Para além disso, em 2005, entrou em vigor a diretiva da poupança europeia, que tornou menos atrativo o envio de remessas por parte dos emigrantes que vivem noutros países da UE. Se em 1996 e 1997 as remessas de emigrantes/imigrantes representavam cerca de 3% do PIB, em 1998, 2000, 2001 este valor foi descendo e atingiu apenas 1,3% em 2004 (Ramos, 2007c), andou à volta dos 1,1% até 2011 e aumentou em 2012 (Banco de Portugal).

<sup>12</sup> Trata-se apenas de transferências canalizadas pelos bancos; as que foram enviadas pelos correios ou por empresas especializadas não foram consideradas.

valores incluem tanto as transferências extra-UE, que decresceram 7%, como as transferências efetuadas no espaço da União, que diminuíram 6%. Em 2009, os países que registaram fluxos mais elevados foram a Espanha, Itália, Alemanha, França e Países Baixos. A maioria dos países da UE-27 registou decréscimos nas remessas, comparativamente com o ano anterior, mais acentuados em Espanha e em França. Portugal não foi exceção nesta tendência europeia de retração, e contra os 580 milhões de euros de transferências realizadas pelos imigrantes em 2008, registaram-se, em 2009, 559 milhões de euros.

Sejam as remessas utilizadas para fins de consumo ou de investimento, trazem benefícios às famílias, às comunidades e aos países que as recebem, pelo que devem ser feitos todos os esforços para intensificar o seu impacto no desenvolvimento.

O Brasil, a seguir ao México, é o segundo maior destino de remessas de imigrantes latino-americanos. A *Western Union* cobra taxas elevadas nas remessas internacionais dos trabalhadores imigrantes, apesar de o próprio Banco Mundial recomendar que as taxas de envio não ultrapassem 5% do total.

As mulheres migrantes contribuem, cada vez mais, para as remessas enviadas para o país de origem, com vantagens para este no plano social, educativo e sanitário (Martin, 2007; Ramos, 2009a, 2010). A capacidade de poupança e de gestão destas mulheres é um importante contributo para a economia familiar e o desenvolvimento, sugerindo a ONU às autoridades bancárias que foquem a sua atenção na aplicação das suas remessas e apoiem o seu empreendedorismo. Estudos como o de Holst *et al.* (2011) são importantes pois procuram analisar as determinantes das remessas dos migrantes tendo em conta variáveis como o género, estrutura familiar, estatuto nacional ou estrangeiro, redes sociais.

Para além das transferências financeiras, os migrantes efetuam para o país de origem transferências "invisíveis": comportamentos económicos, saberes e saber-fazer, trocas sociais e culturais, com impactos a diferentes níveis (Ramos, 2009b). Embora sejam mais agentes de consumo do que de investimento, há, claramente, incorporação de novos hábitos por parte dos emigrantes regressados, introduzindo uma certa urbanidade rural. As mulheres e homens migrantes formulam estratégias de transição entre as normas e os valores das sociedades de origem e de acolhimento,

contribuindo para novas dinâmicas culturais, familiares, demográficas e económicas (Ramos, 2008a). Mas também a emigração dos homens confere às mulheres que ficam novas responsabilidades em diferentes domínios: gestão do orçamento, trabalhos agrícolas, educação dos filhos, entre outras.

## **10 - Espaço e recomposições identitárias, culturais e económicas - a coesão social e territorial**

Há necessidade de refletir sobre os problemas fundamentais do mundo rural em Portugal e de identificar caminhos de resposta suscetíveis de inverter a atual situação.

Uma política de desenvolvimento verdadeiramente solidária deve apoiar-se nas migrações para promover o desenvolvimento nos países de origem, através da acumulação do seu capital humano, cultural e financeiro.

Há que evidenciar o papel do migrante, enquanto portador e agente de cultura, atuando como veículo de mudança social e cultural nas sociedades envolvidas, sendo ambas, de uma forma ou de outra, enriquecidas pelos contributos que são transmitidos nos dois sentidos.

As migrações têm uma dimensão espacial evidente, daí a importância dos seus impactos regionais e locais, as implicações na coesão territorial, tanto nos países de acolhimento dos migrantes como nas suas regiões de origem.

A coesão está associada ao grau de acesso da população a equipamentos e serviços básicos de qualidade, aos perfis conducentes a uma maior inclusão social e à eficácia das políticas públicas traduzida no aumento da qualidade de vida e na redução das respetivas disparidades (INE – *índice sintético de desenvolvimento regional*). O *índice de competitividade* (INE) pretende captar o potencial de cada sub-região e mostra uma nítida oposição entre o litoral continental e o interior do país.

O conceito de *coesão territorial* provém de uma combinação entre competitividade e coesão económica e social, sendo atribuída ao território a capacidade de desenvolver processos que conduzam a economia à referida

competitividade e coesão. Entende-se, assim, que uma economia competitiva é aquela que comporta um nível elevado de eficiência e de eficácia, traduzido na capacidade efetiva de criação de emprego e de remuneração dos fatores produtivos, isto é, na capacidade de melhorar, de forma sustentada, o nível médio da população.

O Conselho da Europa define a *coesão social* como “a capacidade de uma sociedade assegurar o bem-estar de todos os seus membros, minimizar as disparidades e evitar a polarização” (2004, in Taran, Ivakhnyuk, Ramos, Tanner, 2009). O conceito de coesão económica e social está associado, no caso da coesão económica, a uma relativa homogeneidade da riqueza criada nas várias atividades, enquanto na coesão social corresponde a um acesso equilibrado da população aos grandes frutos do progresso económico.

O território assume-se, efetivamente, como variável de desenvolvimento económico e social e tal vem refletido na importância dada pelas políticas europeias de coesão, assim como na aposta explícita das entidades governamentais portuguesas na valorização do território.

## **11 – Co-desenvolvimento e formas de cooperação descentralizada - A escala local, espaço de cidadania – Os migrantes, atores de desenvolvimento**

Novos paradigmas das migrações insistem no fortalecimento da coesão social e do co-desenvolvimento entre países de imigração e de emigração. O Conselho da UE pronunciou-se explicitamente a favor do co-desenvolvimento, pela primeira vez, na reunião de Tampere (Finlândia) de Outubro de 1999. A comunicação de Novembro de 2000 da Comissão no Conselho e no Parlamento Europeu, intitulada “Uma política comunitária em matéria de imigração”, recomenda esta mesma orientação de parceria e de benefícios partilhados para os países de origem e de acolhimento do migrante. A noção de co-desenvolvimento é importante para a coesão territorial. Esta noção aparece em França no início dos anos 90 (Nair, 1998, foi Secretário de Estado para o co-desenvolvimento; cf. também Weil, 2002). O Conselho da Europa define o co-desenvolvimento pelos laços que “reúnem os migrantes, os governos e outras

instâncias públicas e privadas à volta de um projeto de colaboração visando contribuir para o desenvolvimento do país de origem dos migrantes” (2007, in Taran, Ivakhnyuk, Ramos, Tanner, 2009). A cooperação descentralizada sublinha a evolução das relações bilaterais e multilaterais, privilegiando a cooperação com as autoridades locais. As coletividades locais são as principais beneficiárias da cooperação descentralizada, que lhes dá a possibilidade de afirmar a sua identidade e de desenvolver as suas atividades em numerosos domínios.

A noção de desenvolvimento é indissociável da de *empowerment*. É necessário construir a coesão social e o co-desenvolvimento, através da contribuição dos migrantes expatriados nos países de acolhimento e de origem e das iniciativas de co-desenvolvimento local descentralizadas. O co-desenvolvimento repousa na capacidade dos migrantes em circular, dominar tanto o contexto do país de origem como as possibilidades de acesso aos recursos do país de acolhimento. Este conceito tem por base o migrante, enquanto agente central nas relações que se estabelecem entre países para promover o seu desenvolvimento. O co-desenvolvimento implica as associações de migrantes que aspiram a ter um papel de transformação social da sociedade de origem; as organizações locais do país de origem, para orientar os recursos para as necessidades de desenvolvimento; as coletividades territoriais dos países de partida, que desejam contribuir para a definição dos objetivos de desenvolvimento das associações de migrantes; as associações do país de acolhimento capazes de fornecer apoio financeiro, de formação e de formalização do projeto; as coletividades territoriais e outras instituições dos países de acolhimento, envolvidas nesta forma de cooperação.

## **12 - Participação das autoridades locais e municípios no desenvolvimento da cooperação e das ações de identificação das necessidades dos migrantes.**

Tem aumentado o transnacionalismo dos migrantes, visível na cooperação descentralizada, na internacionalização desenvolvida a partir da base, da ligação entre municípios e comunidades transnacionais, a partir das geminações e do associativismo migrante (Ramos, 1999; 2007a, 2009b).

A União Europeia tem desenvolvido projetos para promover a cooperação descentralizada. A cooperação intermunicipal – forma de cooperação descentralizada – corresponde ao estabelecimento de relações entre duas ou mais comunidades, tendo como principais atores os Municípios e podendo assumir a forma de geminações, acordos de cooperação, protocolos, redes. A tendência atual, no contexto da UE e da globalização, é o desenvolvimento de formas inovadoras de cooperação inter-regional, interurbana e transnacional, colocando em interação agentes económicos, autarquias, instituições, territórios, cidades e regiões, localizados em diferentes espaços geográficos. Apesar de ser reconhecida a importância da cooperação intermunicipal como instrumento de melhoria das condições de vida das populações, só em 21/07/1992, com a assinatura do Primeiro Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), se iniciaram os esforços de uma melhor articulação entre as atividades do poder local e a nível central. Anteriormente, as intervenções resultavam de ações pontuais de cada um dos municípios, normalmente incidindo nos acordos de geminação.

As políticas de geminação, instrumentos de desenvolvimento local e de cooperação descentralizada, têm vindo a desenvolver-se, nomeadamente no espaço europeu, onde existem comunidades portuguesas emigrantes. As relações de geminação parecem adquirir uma importância acrescida como veículos de uma maior integração internacional das cidades e municípios, nomeadamente ao nível do espaço da União Europeia e dos países de língua oficial portuguesa, com os quais há laços históricos e culturais e de onde são originárias comunidades imigrantes em Portugal. Das políticas de geminação entre municípios portugueses e municípios de países de emigração portuguesa e de imigração em Portugal, mais de 20% são com a França (Associação Nacional de Municípios), constatando-se, assim, a importância deste instrumento de construção europeia. Com estas políticas, criam-se laços conduzindo à troca de várias estruturas socioculturais e económicas – melhor conhecimento mútuo favorecendo a construção recíproca de imagens mais valorizadas e a inserção da população estrangeira nos países de acolhimento.

Face a esta realidade, torna-se necessário refletir sobre várias questões:

- Discutir o papel da cooperação descentralizada (protocolos entre cidades e municípios de diferentes países) e iniciativas dos cidadãos (geminção de cidades e municípios, projetos associativos e microeconómicos, investimento de migrantes e seus descendentes) no desenvolvimento local de Portugal.

- Valorizar as geminações como verdadeiros instrumentos de cooperação descentralizada, pelo desenvolvimento das regiões, pela criação de laços conduzindo ao intercâmbio de várias estruturas, nomeadamente económicas, educativas e culturais, e pelo diálogo entre as populações, os seus representantes locais e entre as diferentes culturas.

- Apoiar a cooperação fronteiriça (veja-se o caso Norte/Galiza), na mobilidade dos trabalhadores nos dois sentidos, na criação de empresas e na melhoria da integração da economia da região transfronteiriça no espaço económico da Península Ibérica.

- Apoiar o envolvimento dos migrantes nos processos de desenvolvimento regional e local promovendo a cooperação descentralizada. É associando o conjunto dos atores (migrantes, populações e autoridades locais) que se pode garantir a durabilidade das infraestruturas e dos projetos produtivos realizados. É necessário aumentar a informação sobre as oportunidades de investimentos no país de origem, encorajando assim o investimento por parte da diáspora portuguesa.

### **13 - Efeitos do regresso de emigrantes nas mudanças sociais, dinâmicas locais e equilíbrios demográficos e regionais - O migrante no centro da estratégia de desenvolvimento local e regional.**

As pessoas e as empresas presentes num dado território, bem como a capacidade destas para retirar o máximo partido de todos os recursos aí existentes, influenciam a competitividade e a prosperidade do território.

O regresso do emigrante contém potencialidades e recursos que contribuem para o desenvolvimento local das regiões de partida (poupanças, consumo, atividade de construção, serviços, agricultura, entre outros) e para colmatar algumas

necessidades do mercado de trabalho. A vinda do emigrante, como agente produtivo, traz qualificações, experiência, investimento, inovação e modernização dos espaços rurais (Silva *et al.*, 1984; Ramos, 2005b).

Há que conhecer melhor o perfil socioeconómico do emigrante regressado nas décadas mais recentes<sup>13</sup> e a sua integração em Portugal (propensão ao investimento e à atividade empresarial, grau de inserção e satisfação no meio, atitude quanto à nova emigração e relação com o país onde esteve imigrado), assim como o impacto do movimento emigração-retorno no desenvolvimento local e regional.

Em Portugal, acentuou-se o envelhecimento da população, particularmente nos distritos do Interior Norte e Centro (mais afetados pela emigração e pelas migrações internas para o litoral, principalmente Lisboa), que sofreram despovoamento e feminização das populações que ficaram. Quanto à emigração, em cuja origem estiveram desigualdades regionais, despovoou as zonas do interior Norte e Centro de Portugal, atingindo sobretudo a população jovem masculina. O regresso dos emigrantes contribuiu para o reequilíbrio demográfico das regiões de origem, pois o perfil etário dos que regressam é mais jovem do que o das populações que ficaram e permite corrigir a baixa masculinidade das regiões de emigração. Apresenta também potencialidades em termos demográficos e de desenvolvimento local ao dirigir-se preferencialmente para as regiões de partida, as mais carenciadas e despovoadas. Para aproveitar este potencial, seria necessário uma política de retorno inserida na política de desenvolvimento regional.

Estudos que abrangem o período até aos anos 80 do século XX mostram uma parte significativa de regresso de homens (71%) que, na grande maioria, fixava residência no seu concelho de naturalidade, por razões familiares e afetivas (90% dos inquiridos regressaram à freguesia onde viviam antes de emigrar - Silva *et al.*, 1984). O regresso foi maioritariamente de população em idade ativa que regressou até ao início

---

<sup>13</sup> Os trabalhos mais importantes sobre a análise quantitativa do regresso de emigrantes portugueses, baseados quer nos recenseamentos decenais do INE, quer em trabalhos de campo, são quase todos anteriores à década de 90 do século XX (cf. Ramos, 1990, «Contribution à l'économie de réinsertion des émigrés portugais dans leur pays d'origine», pp. 861-979 in Ramos, 1999, 2005b).

dos anos 90 (Ramos, 2005b). É nos concelhos do Norte e do Centro, especialmente no interior, que se concentram os emigrantes regressados do estrangeiro e os seus filhos.

Verificou-se igualmente o fenómeno da imigração de filhos de emigrantes portugueses que procuram o país de nacionalidade dos pais para trabalhar, permanecendo estes, em alguns casos, no país de acolhimento. Esta situação pode explicar, em parte, o número de população estrangeira com nacionalidade francesa registada nos censos portugueses do INE e nos Consulados de França em Portugal, nomeadamente do Porto. Em 2011, estavam 5000 franceses inscritos nos Consulados de França no Porto, quando havia 3200 em 2001, o que representa um aumento de 60% em 10 anos, associado, por um lado, ao retorno de lusodescendentes a Portugal e, por outro, ao interesse dos franceses ou dos casais franco-portugueses de se instalar em Portugal. 60% dos inscritos no Consulado são binacionais e os lusodescendentes representam 70% dos franceses inscritos no Consulado de França no Porto.

O regresso a Portugal de muitos portugueses, vindos sobretudo da Europa<sup>14</sup>, foi uma realidade constante durante os anos 80, verificando-se um ritmo de cerca de 20 mil pessoas por ano. Na Europa, para a grande maioria de pessoas da primeira geração, o sonho de regressar foi bem real, nomeadamente mais nos homens do que nas mulheres (Ramos, 2009a). Com a facilidade de transportes e comunicações, os migrantes continuam num vai-e-vem entre país de origem e país de acolhimento, viajando uma ou duas vezes por ano (principalmente nas férias de Verão e no Natal).

As pessoas de origem portuguesa residentes em França têm intenções de retorno ao país de origem duas vezes superiores às dos seus homólogos espanhóis e italianos (Santos e Wolff, 2010). As diferenças comunitárias relativas ao nível de educação, à duração de estadia, ao conhecimento da língua francesa, à localização dos membros da família e à origem do eventual cônjuge explicam uma parte importante da diferença observada. 70% das diferenças nas intenções de retorno entre os originários de Portugal e os originários de Espanha e de Itália explicam-se pelas diferenças entre as características assinaladas.

---

<sup>14</sup> Outro movimento populacional importante que afetou a sociedade portuguesa em meados dos anos 70 do século XX, foi o dos chamados “retornados” de África, no seguimento do processo de descolonização.

Nas regiões do interior, de onde são originários a maior parte dos emigrantes, a agricultura figura como atividade complementar dos regressados, ou porque são proprietários das terras e gostam de cuidar delas, ou porque os seus produtos representam um complemento aos seus rendimentos para autoconsumo, contribuindo, desta forma, para a fixação da população rural, a diversificação das atividades económicas e sociais e a conservação da paisagem cultural e natural (Roca, 2000). O emigrante regressado contribui para aumentar o nível de consumo e melhorar a qualidade de vida das populações que ficaram. O seu regresso como agente produtivo, as qualificações e experiências que absorveu e o facto de ser agente de poupança constituem potencialidades para o desenvolvimento regional, mesmo que não se verifique, na primeira geração, grande capacidade de risco e inovação, desenvolvendo essencialmente uma atividade empresarial isolada ou com familiares.

#### **14 - Para uma melhor integração das migrações nas estratégias de desenvolvimento - Necessidade de coerência das políticas ao serviço do desenvolvimento**

O sentido que os fluxos migratórios assumirem no futuro determina um maior ou menor grau de envelhecimento da população em Portugal, dado que a manutenção da fecundidade a níveis inferiores aos da substituição das gerações parece irreversível. A fixação em Portugal de populações com nacionalidade estrangeira representa um papel relevante na pirâmide de idades. Como a estrutura etária dos imigrantes é geralmente mais jovem do que a da população de acolhimento, a entrada de imigrantes atenua o envelhecimento.

A componente migratória não só contribui para atenuar o processo de envelhecimento demográfico em curso em Portugal, como tem importantes reflexos noutros setores da sociedade portuguesa: no mercado de trabalho (potencial de recursos humanos das populações estrangeiras), na educação (crescimento do número de jovens em idade escolar descendentes de imigrantes), na segurança social (menor desequilíbrio da relação "contribuintes ativos" e "reformados") e na saúde (aumento de cuidados de saúde para os estrangeiros que envelhecem em Portugal).

No atual contexto de crise, nomeadamente na Europa, o desenrolar das políticas migratórias, nos últimos anos, foi afetado pela recessão económica com medidas restritivas adotadas em alguns países da OCDE, no que toca à migração laboral (OECD, 2010, 2011).

A generalização das práticas de mobilidade não subentende necessariamente a garantia de equidade ao nível das condições e dos direitos de mobilidade. As políticas de mobilidade devem constituir verdadeiros instrumentos de coesão social a nível local, nacional e internacional, lutando contra as desigualdades, as discriminações e a pobreza, nomeadamente em matéria de saúde, educação e trabalho. No movimento de migrações sem fronteiras ou fronteiras abertas, a UNESCO e os seus investigadores (Pécoud e Guchteneire, 2009) concebem este cenário entre organizações não-governamentais e decisores políticos. No mundo global em que os fluxos migratórios escapam cada vez mais às tentativas de regulação pelo Estado, isto representa um desafio para repensar as políticas sobre as migrações, as consequências éticas, económicas, sociais e em termos de direitos humanos destes movimentos e controlos nas fronteiras. A mesma preocupação sobre as políticas de imigração dos países desenvolvidos aparece no relatório do PNUD (2009) sobre o *desenvolvimento humano: ultrapassar barreiras – mobilidade e desenvolvimento humanos*.

É necessário definir estratégias de desenvolvimento regional que combatam a necessidade de emigrar e questionar a dinâmica local do mercado de trabalho. Para atingir este objetivo, as migrações devem fazer parte das estratégias de desenvolvimento nacionais, regionais e locais. Os atores de desenvolvimento são múltiplos: empresas, escolas, associações, autarquias, entre outros. Impõe-se o reforço da ligação entre empresas, universidades, órgãos de administração pública, associações de desenvolvimento regional e local, autarquias, associações e migrantes, grupos de cidadãos, etc.

A inexistência de políticas integradas de desenvolvimento rural e a escassez de centros de formação profissional não favorecem o potencial e a capacidade de investimento do e/imigrante em se constituir como agente de desenvolvimento local. Para o migrante que quer investir produtivamente as suas poupanças, e na ajuda à

criação de empresas, é necessária a busca de informação e apoio de instituições especializadas.

- Há que valorizar as remessas financeiras, mas também as mais-valias associadas à experiência e reforço das qualificações dos migrantes.

- É pertinente o estudo dos novos comportamentos de mobilidade e da interação país de origem/país de acolhimento, nomeadamente no espaço integrado europeu e ao nível local.

As migrações constituem uma realidade multifacetada e um conjunto de oportunidades culturais, demográficas, económicas e sociais, impondo-se desenvolver as relações culturais e económicas com as autoridades e coletividades locais.

- É necessário formular políticas que maximizem o impacto positivo da emigração e da imigração em Portugal, ao mesmo tempo que limitem as suas consequências negativas.

- É necessário apoiar o desenvolvimento das regiões e dos territórios desfavorecidos do interior com políticas que consigam atrair populações e investimento económico e travem o contínuo fluxo emigratório.

- É importante o contributo dos emigrantes portugueses, enquanto potenciais promotores turísticos, para o desenvolvimento económico nas áreas rurais em Portugal.

Apesar de o discurso comum apelar ao desenvolvimento das regiões e das localidades do interior do nosso país, as medidas e políticas aplicadas nem sempre vão neste sentido.

- É fundamental reforçar a coerência das políticas públicas, a fim de promover as bases de um desenvolvimento sustentável, o único que pode reduzir as pressões migratórias.

- É necessário reforçar as condições de desenvolvimento local e sectorial, com impacto nas capacidades de crescimento sustentado das comunidades e no reforço do tecido económico e social envolvente.

## Referências Bibliográficas

Appleyard, R. T. (1992) "International migration and development: an unresolved relationship", *International migration*, vol. XXX, n.º 3/4, pp. 251-266.

Assous, L. (2000) "Intégration régionale et flux migratoires: Revue critique de la littérature récente". In OCDE *Mondialisation, migration et développement*. Paris, OCDE, pp. 63-77.

Barreto, A. (Org.) (2005) *Globalização e migrações*. Lisboa, ICS.

Baubock, R.; Faist, Th. (2010) *Diaspora and transnationalism. Concepts, theories and methods*. IMISCOE Research, Amsterdam University Press.

Cabral, S.; Duarte, Cl. (2011) "Os imigrantes no mercado de trabalho português". *Banco de Portugal, Boletim Económico*, primavera 2011, pp. 103-124.

Carrilho, M. J.; Patrício L. (2010) "A situação demográfica recente em Portugal", *Revista de Estudos Demográficos*, nº 48, pp. 101-145.

Castles, S. (2000) *Ethnicity and globalization: from migrant worker to transnational citizen*. London, SAGE publications.

Castles, S. (2005) *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios*. Lisboa, Edições Fim de Século.

Castles, S.; Miller, M. (2009) *The age of migration. International population movements in the modern world*. London, Palgrave Macmillen, 4.ª ed.

Castles, S.; De Haas, H.; Van Hear, N.; Vasta, E. (Eds.) (2010) *Journal of ethnic and migration studies*. "Special issue: theories of migration and social change", vol. 36, issue 10.

Charbit, Y.; Hily, M.-H.; Poinard, M. (1997) *Le va-et-vient identitaire. Migrants portugais et villages d'origine*. Paris, PUF, INED.

Collings, D. G, et al (2009) "Global staffing: a review and thematic research agenda", *The International Journal of Human Resource Management*, 20:6, pp. 1253-1272.

Constant, A.; Zimmerman, K.F. (2003) *The dynamics of repeat migration: a markov chain analysis*. CEPR Discussion Paper n.º 4124, November.

Docquier, F.; Marfouk, A. (2006) "International migration by education attainment, 1990-2000". In Ozden, C.; Schiff, M. (Eds.) *International migration, remittances and the brain drain*, Washington, World Bank and Palgrave Macmillan, pp. 151-199.

Eurostat (2011) *Migrants in Europe. A statistical portrait of the first and second generation*. Luxembourg, Eurostat statistical books. Publications Office of the European Union.

Gerry, Ch.; Diniz, F. (2003) "A problemática do desenvolvimento rural". In Costa, J. S. (Coord.) *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra, APDR, pp. 535-567.

Glytsos, N. P. (2002) "The role of migrant remittances in development: evidence from mediterranean countries", *International Migration*, vol. 40, n.º1, pp. 5-26.

Greffe, X. (2002) *Le développement local*. Paris, Ed. de l'Aube Datar.

Guilmoto, Ch. Z.; Sandron, F. (2003) *Migration et développement*. Paris, La Documentation Française.

Haas, H. de (2010) "Migration and development: a theoretical perspective", *International Migration Review*, 44 (1), pp. 227-264.

Holst, E. ; Schafer, A. ; Schrooten, M. (2011) *Remittances and gender : theoretical considerations and empirical evidences*. IZA DP nº 5472, Bonn, January.

Hudson, R. (2004) «Thinking through the geographies of the New Europe in the New Millennium», *European Urban and Regional Studies*, 11(2), pp. 99-102.

Jayet, H.; Ragot, L.; Rajaonarison, D. (2001) «L'immigration: quels effets économiques?», *Revue d'Economie Politique*, 111 (4), pp. 565-596.

Light, I. (2000) "Globalization and migration networks". In Rath, J. (Ed.) *Immigrant businesses: the economic, political and social environment*. Basingstoke, Macmillan, pp. 268-281.

Martin, S. (2007) *Women, migration and development*. Institut for the Study of International Migration, June 2007, 10 p. (<http://isim.georgetown.edu>)

Massey, D. S. *et al.* (1993) «Theories of international migration: a review and appraisal», *Population and Development Review*, 19, 3, pp. 431-466.

Massey, D. S. *et al.* (2005) *Worlds in motion. Understanding international migration at the end of the millenium*. Oxford, Oxford University Press.

Mouhoud, E. M. (2006) "Les nouvelles migrations en Europe". In Mouhoud, E. M. (Dir.) *Les nouvelles migrations – Un enjeu Nord-Sud de la mondialisation*. Paris, Universalis, pp. 141-151.

Munck, R. (2009) *Globalisation and migration: new issues, new politics*. London, Routledge.

Nair, S. (1998) «La politique de codéveloppement liée aux flux migratoires», *Hommes et Migrations*, 1214, juillet-août, pp. 47-57.

Nyberg-Sorensen, N. *et al.* (2002) "The migration-development nexus: evidence and policy options", *International Migration Quarterly Review*, vol 40, n.º 5, special issue 2, pp. 49-71.

OCDE (2000) *Mondialisation, migrations et développement*. Paris, OCDE.

OCDE (2007) *La cohérence des politiques au service du développement*. Paris, OCDE.

OECD (2010, 2011) *International migration outlook*. Paris, OCDE.

Ozden, C.; Schiff, M. (Eds.) (2006) *International migration, remittances and the brain drain*, Washington, World Bank and Palgrave Macmillan.

Pécoud, A.; Guchteneire (Dir.) (2009) *Migrations sans frontières*. Paris, Unesco/Berghahn Books; *Migration without borders*, Unesco Publishing/Berghahn Books.

Polése, M. (1998) *Economia regional e urbana*. Coimbra, APDR.

PNUD (2009) *Relatório do desenvolvimento Humano 2009*. "Ultrapassar barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos". Coimbra, IPAD e ed. Almedina.

Portes, A. (1996) "Transnational communities: their emergence and significance in the contemporary world system". In Korzenie-Wicz, R.; Smith, W. (Eds.) *Latin America and the world economy*. Westport, Greenwood Press, pp. 151-168.

Portes, A. *et al.* (2002) «Transnational entrepreneurs: an alternative form of immigrant economic adaptation», *American Sociological Review*, vol. 67, n.º 2, pp. 278-298.

Portes, A. (2004) "Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo migrante", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, pp. 73-93.

Portes, A. (2006) *Estudos sobre as migrações contemporâneas – Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*. Lisboa, Ed. Fim de Século.

Ramos, M. C. Pereira (1995) "Desafios da mobilidade internacional do trabalho em Portugal". In Alves, M. Brandão *et al.* (Orgs.) *Por onde vai a economia portuguesa?*. Lisboa, ISEG, pp. 129-176.

Ramos, M. C. Pereira (1999) *La diaspora portugaise et la diversité de ses formes d'insertion dans les pays d'accueil*. Paris, OCDE.

Ramos, M. C. Pereira (2000) "Economic integration of Portugal in the European Union: effect on direct investment, migration and employment". In *Globalisation, Migration and Development*. Paris, OECD, pp. 158-179.

Ramos, M. C. Pereira (2003a) "Dinâmicas e estratégias sócio-económicas relativas à emigração portuguesa". In *Porto de Partida – Porto de Chegada. A emigração portuguesa*. Lisboa, Âncora Editora, col. Estudos e Documentos, pp. 57-78.

Ramos, M. Pereira (2003b) "Le Portugal, pays relais de la migration en Europe", *Revue Migrations – Études*, n.º 116, août-septembre 2003, Direction de la Population et des Migrations, Paris, ADRI, pp. 1-16.

Ramos, M. Pereira (2005a) «Le Portugal, de l'émigration à l'immigration», *Revue Santé, Société et Solidarité* «Immigration et Intégration», n.º 1, Québec, pp. 203-215

Ramos, M. C. Pereira (2005b) "Immigration in the Portuguese demography and some impacts of emigration and return". In Dienel, Ch. (Hrsg) *Abwanderung, Geburtenrückgang und regionale entwicklung*. Wiesbaden, VS VERLAG, pp. 305-323.

Ramos, M. C. Pereira (2005c) "Immigration, Construction Européenne et Globalisation". In *Economie Teoretică și Aplicată*, vol. I, Universitatea Româno Americană, București, Universul Juridic, pp. 363-392.

Ramos, M. C. Pereira (2007a) «Travail et Circulations Migratoires – Le Portugal pays relais des migrations en Europe». In Mouhoud, E. M.; Oudinet, J. (Dir.) *L'Europe et ses Migrants – Ouverture ou Repli ?* Paris, L'Harmattan, pp. 215-270.

Ramos, M. C. (2007b) «Diásporas, culturas e coesão social». In Bizarro, R. (Coord.) *Eu e o outro. Estudos multidisciplinares sobre identidade(s), diversidade(s) e práticas interculturais*. Porto, Areal Editores, pp. 78-95.

Ramos, M. C. Pereira (2007c) "Imigração, desenvolvimento e competitividade em Portugal", *Revista Economia e Sociologia*, n.º 84, 2.º semestre, pp. 71-108.

Ramos, M. C. Pereira (2008a) "Impactos demográficos e sociais das migrações internacionais em Portugal". In Ramos, N. (Org.) *Saúde, Migração e Interculturalidade. Perspectivas teóricas e práticas*. João Pessoa, EDUFPB, pp. 11-44.

Ramos, M. C. Pereira (2008b) "Gestão da diversidade e da educação nas sociedades multiculturais e do conhecimento". In Ramos, N. (Coord.) *Educação, Interculturalidade e Cidadania*. Bucareste, Milena Press, pp. 6-29.

Ramos, M. C. Pereira (2009a) "Mulheres portuguesas na diáspora - Inserção laboral e papel nas redes sociais". In Seabra, L.; Espadinha, A. (Orgs.) *The Voice and Choice of Portuguese Women in the Diaspora – A vez e a voz da mulher portuguesa na diáspora*. Macau, Universidade de Macau, pp. 301-326.

Ramos, M. C. Pereira (2009b) "Migrações, transnacionalismo, dinâmicas locais e interculturalidade". In Colóquio *População, Cultura e Conhecimento, Geografia aos Sábados*. Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 14/02/2009.

Ramos, M. C. Pereira (2010) "Migrações e género - Trabalho, empreendedorismo e discriminações". In Seminário Internacional *Fazendo Género 9 - Diásporas*,

*Diversidades, Deslocamentos*, 23-26/08/2010, Anais eletrónicos (<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/>)1278297633\_ARQUIVO\_ComunicacaoFlorianopolisMCPR(1).pdf

Ramos, M.; Teixeira, A.; Pereira, M.; Gonçalves, M. (2007) «Multiple citizenship - Case-studies among individual citizens in Portugal». In Pitkanen, P.; Kalekin-Fishman, D. (Eds.) *Multiple State Membership and Citizenship in the Era of Transnational Migration*. Rotterdam, Sense Publishers, pp. 41-65.

Ramos, Natália (2008) «A diversidade cultural da cidade: problemas e desafios». In Rubim, L; Miranda, N. (Orgs.) *Transversalidades da cultura*. Salvador, EDUFBA, pp. 133-179.

Rebelo, E. M. Malcata; Paiva, L. T. (2006) *Planeamento urbano para a integração de imigrantes*. Lisboa, ACIME.

Rita, J. Palma; Rita, P. Lopes (2004) "A Escola no caminho da fixação dos imigrantes de Leste no interior do país. Constrangimentos e desafios", *Revista Sociedade e Trabalho*, n.º 19/20, Fevereiro, pp. 45-60.

Roca, M. Nazaré Oliveira (2000) "Migrações de regresso e desenvolvimento rural sustentável: um estudo de caso no Alto Minho", *GeoNova*, n.º 1. Lisboa, pp. 33-50.

Rosa, M. J. Valente *et al.* (2004) *Contributos dos imigrantes na demografia portuguesa*. Lisboa, ACIME.

Roux, B. (2006) «Agriculture, marche du travail et immigration. Une étude dans le secteur des fruits et légumes méditerranéens», *Mondes en développement*, tome 34, 2006/2, n.º 134, pp. 103-117.

Rugy, A. (2000) *Dimensão económica e demográfica das migrações na Europa multicultural*. Oeiras, Celta.

Santos, B. Sousa (1994) "Modernidade, identidade e a cultura de fronteira", *Tempo social*, 5 (1-2), pp. 31-52.

Santos, M. Domingues (2004) "Les conséquences économiques des migrations". *Démographie: analyse et synthèse*, vol. 6, INED, pp. 137-158.

Santos, M. Domingues ; Postel-Vinay, F. (2003) "Migration is a source of growth: the perspective of a developing country", *Journal of population economics*, 16 (1), pp. 161-175.

Santos, M. Domingues ; Wolff, F-Ch. (2010) *Pourquoi les immigrés portugais veulent-ils tant retourner au pays ?*, Working Papers, hal-00449630, HAL.

Sassen. S. (1996) *Losing control? Sovereignty in an age of globalization*. New York, Columbia University Press.

Sassen, S. (2001) *The global city: New York, London, Tokyo*. New Jersey, Princeton University Press, 2ª ed.

Silva, M.; Amaro, R. Roque *et al.* (1984) *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. Lisboa, IED.

Simon, G. (1995) *Géodynamique des migrations internationales dans le monde*. Paris, Presses Universitaires de France.

Stalker, P. (2000) *Workers without frontiers - The impacts of globalization on international migration*. Genève, OIT.

Straubhaar, Th; Vădean, P. (2005) "Les transferts de fonds internationaux des émigrés et leur rôle dans le développement". In OCDE, *Migrations, transferts de fonds et développement*. Paris, OCDE, pp. 13-40.

Taran, P.; Ivakhnyuk, I.; Ramos, M. C. Pereira; Tanner, A. (2009) *Economic migration, social cohesion and development: an integrated approach / Migrations économiques, cohésion sociale et développement: vers une approche intégrée*. Strasbourg, Conseil de l'Europe.

Terry, D. F. *et al.* (Eds.) (2004) *Beyond small change: migrants, remittances and economic development*, Inter-American Development Bank and Baltimore, Johns Hopkins University Press.

Vertovec, S. (2009) *Transnationalism*. London, Routledge.

Weil, P. (2002) "Towards a coherent policy of co-development", *International Migration*, 40 (3), pp. 41-56.

*ANEXO – Quadros Estatísticos*

**1. Percentagem da população estrangeira na população total residente – regiões, 2009**

<b>Regiões</b>	<b>Total Estrangeiros</b>	<b>Pop. 2011</b>	<b>% Estrangeiros</b>
Interior Norte	3 909	343 643	1,14
Interior Centro	9 625	735 046	1,31
Alentejo	12 402	439 092	2,82
Açores	3 534	246 102	1,44
Madeira	7 105	267 938	2,65
Algarve	73 277	450 484	16,27
Litoral Centro	57 215	1 848 270	3,10
Lisboa – Setúbal (AML)	246 107	3 315 842	7,42
Litoral Norte	41 015	2 909 436	1,41
Portugal	454 189	10 555 853	4,30

Fonte: SEF e INE, Censos de 2011

## 2. Distribuição percentual de imigrantes por nível de qualificação académica, 2001

Nacionalidades	Não sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever sem possuir qualquer grau	Ensino Básico	Ensino Secundário e/ou Médio	Ensino Superior
<b>EUROPA</b>	<b>6,2</b>	<b>6,2</b>	<b>37,4</b>	<b>26,1</b>	<b>24,0</b>
<b>União Europeia</b>	<b>7,0</b>	<b>6,8</b>	<b>38,3</b>	<b>24,5</b>	<b>23,4</b>
Federação Russa	3,7	3,9	29,0	27,0	36,3
República Moldava	2,3	2,2	33,5	33,9	28,0
Roménia	3,6	3,0	39,1	38,2	16,0
Ucrânia	3,0	3,0	36,2	30,6	27,3
<b>ÁFRICA</b>	<b>12,6</b>	<b>11,2</b>	<b>58,8</b>	<b>13,8</b>	<b>3,7</b>
Angola	8,2	9,7	60,4	17,8	3,9
Cabo Verde	19,5	13,4	58,5	7,1	1,4
Guiné-Bissau	12,0	12,6	56,3	14,4	4,7
Moçambique	5,7	5,1	61,3	21,5	6,4
S. Tomé e Príncipe	10,1	11,1	61,9	12,6	4,3
<b>AMÉRICA</b>	<b>5,8</b>	<b>6,7</b>	<b>48,1</b>	<b>25,0</b>	<b>14,3</b>
Brasil	6,0	6,4	46,9	26,7	14,0
Canadá	6,8	11,8	50,9	20,2	10,2
EUA	8,4	9,5	39,8	20,8	21,5
<b>ÁSIA</b>	<b>11,2</b>	<b>10,4</b>	<b>45,1</b>	<b>21,8</b>	<b>11,4</b>
China	12,5	14,5	48,7	19,4	4,9
Índia	11,5	9,0	48,3	22,3	8,8
Paquistão	14,2	9,7	49,4	19,6	7,2
<b>OCEÂNIA</b>	<b>5,3</b>	<b>7,8</b>	<b>45,5</b>	<b>20,8</b>	<b>20,6</b>
<b>APÁTRIDAS</b>	<b>38,4</b>	<b>14,3</b>	<b>34,1</b>	<b>9,5</b>	<b>3,6</b>
<b>Total</b>	<b>9,3</b>	<b>8,7</b>	<b>49,4</b>	<b>20,1</b>	<b>12,5</b>

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População de 2001

### 3. Principais setores de atividade dos trabalhadores portugueses e imigrantes (média 2002 – 2008)

Setores	Portugueses	Imigrantes						Homens		Mulheres	
	Total	Total	UE 15	PALOP	CEEC	Brasil	China	Portugueses	Imigrantes	Portuguesas	Imigrantes
Agricultura, Silvicultura e pesca	1,6	2,6	1,9	0,6	5,2	1,7	0,3	1,8	2,7	1,3	2,3
Indústria extrativa	0,5	0,4	0,4	0,2	0,9	0,1	0,0	0,8	0,7	0,1	0,1
Indústria transformadora	28,8	15,9	20,8	8,9	22,0	10,8	1,0	28,5	17,0	29,1	13,8
Construção	11,5	23,9	8,1	29,1	32,3	19,4	0,5	18,4	35,5	2,3	2,2
Serviços	57,1	57,1	68,7	61,1	39,5	68,0	98,2	49,6	44,1	67,0	81,5

Fonte: Cabral e Duarte, Quadros de Pessoal, 2011, p. 113

### 4. Remessas de emigrantes / imigrantes (em % do PIB)

1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
2,9	2,9	2,7	2,5	2,6	2,5	1,7	1,4

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1,3	1,1	1,1	1,2	1,1	1,0	1,1	1,1 P.	1,3 P.

Fonte: Banco de Portugal (BP) P. – Previsão